



Anais da Assembléia

Nº 004

CURITIBA, DOMINGO, EM 1º DE MARÇO DE 1981

ANO VII

ATA DE INSTALAÇÃO DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 1981 (DOMINGO)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur.

Às 10,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes, presentes ainda, inúmeras autoridades civis, militares e eclesiásticas e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão e instalada a 3ª Sessão Legislativa, da 9ª Legislatura.

Para acompanhar até o recinto do Plenário Sua Excelência o Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, digno Governador do Estado, designo uma Comissão integrada pelos Senhores Deputados: Erondy Silvério, Nelson Friedrich e Dácio Leonel.

Suspendo a sessão por alguns instantes, até a chegada de Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga.
(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão. Esta Presidência tem a honra de anunciar a composição da Mesa:

Sua Excelência o Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado do Paraná;

Sua Excelência o Senhor José Hosken de Novaes, Vice-Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Acir Saldanha Loyola, Corregedor da Justiça, representante de Sua Excelência o Senhor Desembargador Helianto Guimarães Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Coronel Rômulo Nunes Camargo, Chefe do Estado-Maior, representante de Sua Excelência o Senhor General de Divisão Joffre Sampaio, Comandante da Quinta Região Militar e Quinta Divisão do Exército;

Sua Excelência o Senhor Brigadeiro do Ar, José Ruy Alvarez, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica;

Sua Excelência o Senhor Capitão de Fragata, Ronald Rocha Barros, Capitão dos Portos do Estado do Paraná;

Sua Excelência o Senhor Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba;

Monsenhor Vicente Vítola representante de Sua Excelência Reverendíssima D. Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba;

Sua Excelência o Senhor Ocyron Cunha, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná;

Sua Excelência o Senhor Deputado Augusto Carneiro, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Sua Excelência o Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Demais autoridades, minhas Senhoras, meus Senhores.

Em cumprimento ao que dispõe a Constituição do Estado, reúne-se esta Casa para tomar conhecimento da Mensagem Governamental sobre a situação do Estado, bem como das solicitações consequentes, e também para instalar a 3.ª Sessão Legislativa, da 9.ª Legislatura.

Esta Presidência, em atenção ao mandamento constitucional, tem a honra de conceder a palavra ao Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado, para que Sua Excelência leia a mensagem em que dá conta da situação do Estado e solicita as medidas que julgue necessárias.

O SR. GOVERNADOR DO ESTADO (Ney Aminthas de Barros Braga) — Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Excelentíssimo Senhor Desembargador, representante do Tribunal de Justiça do Paraná; Excelentíssimo Sr. Vice-Governador do Estado; Excelentíssimo Senhor Representante do General Comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão do Exército; Excelentíssimo Senhor Brigadeiro do Ar, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas de Aeronáutica; Excelentíssimo Senhor Capitão Comandante dos Portos do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba; Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Senhor Monsenhor Vicente Vítola, Representante do Senhor Arcebispo de Curitiba; Senhoras, Senhores.

Sr. Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): “Cumprindo o dever Constitucional de apresentar a esta Casa o resultado da ação do Poder Executivo no exercício de 1980, volto à presença dos Senhores para prestar contas dos atos administrativos e cumprir, igualmente, o dever para com o povo de nosso Estado, do qual Vossas Excelências são representantes.

Há um ano, destaquei a importância do período administrativo que relatava, por coincidir com as mutações político-institucionais que a nação experimentava, especialmente com o alargamento do espaço democrático. O período que hoje registro foi um percurso balizado por indicadores que aprofundam aquelas mutações e que as sedimentam e no qual procurei concretizar as intenções expostas no programa de governo.

Destaco, outra vez, a importância do Poder Legislativo numa gestão político-administrativa que se compromete com aspirações populares.

Quem assumiu a responsabilidade da missão pública não pode esquecer a transformação que agita o século XX e que se processa sob os olhos, senão sob a consciência da humanidade, e que é um sinal incontestável daquilo que os poderosos mecanismos de comunicação reproduzem cotidianamente.

Fora dos amplos limites da Nação, se entrecruzam gestos e atos que nos envolvem e afetam. O mundo estreita-se, a economia internacionaliza-se e os países se tornam interde-

pendentes. Concomitantemente, o intercâmbio de idéias e de ideologias é inelutável. E a aceleração do conhecimento científico e da sua aplicação tecnológica tem efeitos imediatos na produtividade do trabalho.

Não podemos, portanto, valorizar o trabalho administrativo, por mais circunscrito que esteja geograficamente, sem levar em conta a sua inserção no momento histórico. Não podemos buscar o desenvolvimento, esquecendo a solidariedade e não indagando objetiva e profundamente sobre a sua verdadeira concepção e finalidade, pois o crescimento desordenado é capaz de gerar novos problemas sem resolver os antigos.

É tarefa do político propor soluções e agilizar agentes que ajudem a pôr em perspectiva as metas de uma sociedade mais aberta e pluralista, menos imune às decisões e transformações geradas além dos limites nacionais.

E cabe a nós, paranaenses, elegermos uma missão tanto mais nobre quanto urgente, pois produzimos, em escala sempre crescente, alimentos e energia, marcados por uma escassez cada vez mais aflitiva em grande parte do mundo.

Acredito que estamos definindo inequivocamente a posição do Paraná no quadro da Federação.

Inspirados numa filosofia de valorização do município, nossas sugestões, para que a distribuição de recursos financeiros sofra mudanças de tônica, ganharam corpo na esfera federal e representam um passo adiante na desejada reforma tributária que certamente nos devolverá a inteireza federativa.

E foi com a preocupação de enfrentar as carências municipais que concluímos os estudos para a implantação da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, através da qual ampliaremos inúmeros e específicos programas na ação governamental.

No ano de 1980, a nação foi mobilizada para o censo demográfico e os resultados parciais deram base ao administrador para melhor direcionar seus programas. A verdade demográfica revelada em nosso Estado confirma a tendência registrada por outros indicadores e que demonstraram uma reversão na taxa de crescimento populacional, que marcou as décadas de 50 e 60.

Os números levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística reforçaram a nossa certeza quanto à urgência de desenvolver centros urbanos que sejam capazes de conter a acentuada migração interna, produzida notadamente pela modernização da área rural.

O Projeto METRONOR, voltado para o eixo Londrina-Maringá, é o exemplo mais notório do que afirmamos e da necessidade de ação regionalizada.

A essa ação somam-se outras, nas regiões de crescimento modesto, onde se tornavam mais claros os desequilíbrios sociais e econômicos. Os programas de apoio aos municípios do litoral e Alto Ribeira tornaram-se realidade efetiva, conforme os Senhores Deputados poderão comprovar no relato mais detalhado.

Também nos preocupam as consequências do fechamento das comportas da Usina de Itaipu. Face a essas perspectivas, realizamos estudos resultando em providências que estão sendo levadas em conta para o atendimento àquela região.

Se a terra em que o paranaense trabalha deve ser valorizada, mais importante é que se dê ao homem que nela trabalha a tranquilidade necessária, em especial quanto a sua propriedade. Herdamos problemas fundiários que foram outrora causa de tristes conflitos. Nossa administração continuou firmemente empenhada na superação desses problemas, agindo junto ao Governo Federal e adotando medidas que se consubstanciam em programas como o PRORURAL, cuja montagem finalizamos em 1980. Também para colaborar na regularização fundiária do Paraná, descentralizamos a Procuradoria Geral do Estado.

Considerando a migração interna um direito do homem para melhorar as suas condições de vida e procurar novas oportunidades de ascensão social, não relegamos a plano inferior

o processo de industrialização e sua capacidade de gerar empregos.

Simultaneamente, o Executivo fixou e ampliou sua política de preservação do meio ambiente. Se os resultados conseguidos em 1979 eram promissores, agora podemos anunciar que a poluição dos rios reduziu-se notavelmente, sem diminuição do ritmo de industrialização e sem criar obstáculos aos grandes projetos, como os de papel e celulose que se instalaram no Paraná.

Merece destaque a disciplina imposta no uso do solo, especialmente no litoral, vítima de ocupação desordenada. O flagelo da erosão continuou sendo atacado tenaz e ampliadamente, e a demarcação do Parque Marumbi não é mais uma promessa, mas sólida realidade que vem ao encontro de uma antiga e legítima reivindicação comunitária.

Criamos também reservas em Ibiporã, Amaporã, Porecatu, Rio das Onças e Saivá, além de outras medidas para cumprirmos nosso objetivo de defesa do meio ambiente.

Na área administrativa, prosseguimos na busca sempre renovada da racionalidade e da simplicidade, desobstruindo os canais burocráticos, principalmente em respeito ao usuário.

Suprimimos cerca de 2,4 milhões de documentos em processos que tramitavam pela malha burocrática. Suspendemos a inscrição na dívida ativa de débitos irrelevantes, liquidando definitivamente cerca de 100 mil processos por ano. Interiorizamos os serviços da Junta Comercial. Criamos as Subprocuradorias Regionais, para agilizar os serviços de defesa dos direitos e interesses do Estado, judicial e administrativamente, sempre com vistas ao bem comum.

Valorizando o servidor público, encaminhamos a esta casa o Plano de Classificação do Funcionalismo Efetivo, que mereceu a consideração apropriada do Poder Legislativo, e, no tempo previsto, foi analisado, emendado e aprovado, tendo iniciada a sua implantação, com benefícios inquestionáveis para os servidores e para a própria administração pública.

Tivemos a honra de concretizar aspirações do Magistério, importante segmento do funcionalismo.

Tais atendimentos, entretanto, foram possíveis graças ao bom desempenho da arrecadação, dinamizada pelo contínuo aperfeiçoamento da sua estrutura de pessoal. A conscientização popular, em relação à necessidade da tributação para assegurar os serviços públicos, continuou sendo buscada e foi alacçada pela campanha de aumento da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias. O exemplo do Paraná, criando esquemas originais, foi seguido por outras unidades federativas.

A área econômica reagiu favoravelmente no ano de 1980.

Não se abateu sobre o Estado qualquer sinal de pessimismo, quer no sentido de nossa capacidade de trabalho, quer no de nossas possibilidades de participação no processo de desenvolvimento nacional. O ano foi marcado por uma grande safra, alcançada também graças ao valor do homem paranaense. O Governo dirigiu à agricultura ações específicas, em especial o apoio ao pequeno produtor e o incremento do cooperativismo. Além disso, esse apoio foi ampliado pela ação estatal nas áreas de pesquisa, de geração e de difusão da tecnologia agrícola, buscando inclusive o adequado suprimento de insumos aos produtores. Igualmente, investimos no aumento e melhoria da infra-estrutura social básica de suporte à produção e à comercialização dos produtos agropecuários.

No desenvolvimento desse setor, o Governo participou com assistência técnica ao produtor rural, a classificação de produtos vegetais, o apoio à armazenagem, o fornecimento de insumos, a geração de novas linhagens de produção de sementes selecionadas, a introdução de novas matrizes de alta qualidade genética, e com a intermediação da produção de hortigranjeiros. Além disso, foi dado um especial destaque às atividades de regularização fundiária, como já foi citado, e de

produção de mudas para reflorestamento.

Ainda no setor econômico, podemos acrescentar a ação de outros órgãos também dedicados ao apoio da iniciativa privada, tais como a do BADEP, BRDE e BANESTADO, e de entidades vinculadas à área de indústria e comércio, cuja destacada atuação poderá ser identificada no relatório que integra esta mensagem.

Contudo podemos, desde já, ressaltar algumas dessas ações: o apoio financeiro propiciado a 14 distritos industriais, os 158 cursos de treinamento efetuados, o grande número de análises de materiais, a produção de cerca de 10.000.000 de doses de vacinas e a intermediação de emprego propiciada a mais de 60.000 trabalhadores.

No âmbito do BADEP e BRDE, além das aplicações num montante de 20.300.000.000 de cruzeiros em financiamentos, participaram essas entidades, juntamente com o CENDI, de um grande número de contatos para a atração de investimentos.

Sem renegarmos a nossa vocação agrícola, aceleramos a mudança do perfil da economia paranaense. Graças a uma bem definida e bem sucedida política nesse campo. Em 1980, foram motivadas decisões de investimentos industriais superiores a 240.000.000 de dólares, não incluídos nesse montante as inversões governamentais em áreas industriais definidas, os projetos na área de energia alternativa, e as decisões tomadas sem o concurso dos órgãos de fomento, segundo tais critérios, nos dois últimos anos as decisões de investimentos no campo industrial, ultrapassaram a casa de 1.000.000.000 de dólares.

Também o BANESTADO teve um importante desenvolvimento, em termos de aumento de capital, de ampliação do número de agências, de depósitos e de aplicações. Essas ampliações objetivaram o atendimento à estrutura produtiva do Paraná, em particular, às cooperativas, aos empreendimentos agropecuários e ao apoio às pequenas e microempresas, inclusive através de linhas especiais de financiamento.

No decorrer do exercício, foram criados, também num perfeito e necessário entrosamento entre Governo e iniciativa privada, o Conselho Consultivo de Política Industrial e Comercial do Paraná, e o Conselho Estadual de Mão-de-obra.

Conhecerão os Senhores Deputados, no exame mais pormenorizado do relatório que entrego a Vossas Excelências, o trabalho desenvolvido pelos órgãos do Executivo, no sentido de acelerar os empreendimentos energéticos, como o PRO-ÁLCOOL, as florestas energéticas, a gaseificação do carvão, a substituição de combustíveis derivados do petróleo nas indústrias, a eletrificação rural, a ampliação de uso do BIOGÁS, a maior prospecção de matérias-primas geradoras de energia, em que toda uma gama de tecnologias ajudará o País a emergir da crise em que o aumento dos preços do petróleo nos lançou.

Inauguramos a maior usina hidrelétrica do Estado, motivo de orgulho pelas suas características técnicas, alcance econômico-social, baixo custo por KW instalado e pelo prazo recorde em que foi construída.

Embora aumentando a sua preocupação pela pesquisa e atuação em outros campos, a COPEL não se descuidou de sua principal atividade, e, ao mesmo tempo em que se entregava a obra da Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, conseguia duas novas concessões: a de Salto Caxias e a de Segredo, relevantes aproveitamentos do Rio Iguaçu.

Uma permanente presença nos órgãos federais foi importante para garantir a exploração industrial do xisto pirobetuminoso na Usina que será implantada em São Mateus do Sul.

Ainda na área econômica, acreditamos que as gestões realizadas para a construção da Ferrovia da Soja, vital para o escoamento de nossa produção, atingiram um ponto irrever-

sível.

De grande importância para a área de produção, o setor de transportes prosseguiu em seu programa de construção rodoviária, com a entrega ao tráfego de inúmeras obras, discriminadas no relatório geral. Por outro lado, o Governo preocupou-se em intensificar medidas de racionalização dos transportes, tendo em vista a necessidade cada vez maior de economizar combustíveis.

Além das melhorias nos terminais portuários do Paraná, notadamente a reativação do Porto de Antonina, o Governo lançou programas pioneiros no setor, com o sistema "roll-on/roll-off", iniciado em Paranaguá, e as centrais de informações de fretes, cuja experiência-piloto, realizada em Maringá durante 1980, está propiciando a implantação de novas unidades em outros pontos do Estado.

É de se destacar o início da elaboração do Plano Diretor de Navegação Fluvial do Paraná, que possibilitará a exploração adequada de nossas hidrovias. Neste particular, um estudo específico sobre o Rio Ivaí permitirá a sua utilização energética compatibilizada com a navegação, tornando-o importante fator de integração para a região de sua influência.

O significativo acordo firmado com o Ministério das Comunicações, transforma o Estado em pólo para a produção de componentes eletroeletrônicos de telecomunicações, reconhecendo nossa posição de vanguarda no setor, cujo desenvolvimento, nos últimos anos, pode ser considerado extraordinário e modelar em nosso País.

Na área tecnológica de apoio aos setores produtivos e prevendo a ampliação do nosso Parque Industrial, firmou-se convênio com a Província de Hyogo, Japão, e criou-se um Centro Tecnológico para treinamento de pessoal nas áreas da eletrônica e metal-mecânica.

Evidentemente, o setor social recebeu atenção particularizada do Governo, pois é através dele que construímos diretamente para levar imediatos benefícios às populações, principalmente às mais necessitadas.

No campo educacional, demos continuidade ao programa de expansão da rede de ensino com a construção e recuperação de estabelecimentos nos três níveis.

No primeiro grau, preocupou-nos apoiar os programas dos municípios, os quais, somando-se à ação do Estado, vêm respondendo, adequadamente, ao desafio da universalização do ensino para a população na faixa etária de 7 a 14 anos. Para isso, além dos programas de Assistência Técnica e Financeira às redes municipais de ensino, intensificou-se a programação de apoio ao educando, através da distribuição de livros didáticos e material escolar, concessão de bolsas de estudo e auxílio-transporte. Também a assistência à saúde foi objetivo de atuação especial, criando-se um novo programa de saúde escolar que aperfeiçoará consideravelmente o atendimento nesse setor de relevante importância.

Quanto ao ensino de segundo grau, deu-se ênfase à adequação das formas de ensino às reais possibilidades e necessidades do Estado. No que se refere à profissionalização, iniciou-se em 1980 o Programa dos "Centros de Excelência", que representa esforço pioneiro no sentido de consolidar um eficiente sistema de formação profissional de nível médio. É importante acrescentar que, para melhor aparelhamento de nossos estabelecimentos deste grau, foram instalados 137 novos laboratórios.

As universidades e faculdades estaduais receberam apoio para seu indispensável fortalecimento, reconhecendo-se que constituem esteio fundamental para a construção do nosso desenvolvimento global.

No campo da saúde e do bem-estar social, além da instalação de novos postos no interior, em 1980 iniciou-se a implantação de minipostos de saúde, que serão disseminados pelas regiões mais carentes, inclusive distritos de apoio rural.

através desses postos será exercida uma autêntica política de saúde pública, com apoio e orientação às populações em matéria de saúde básica e prevenção. Ampliamos, em todo o Estado, a distribuição de medicamentos básicos, os programas de imunização preventiva e as ações de assistência ao menor carente.

Continuamos a implantação de centros sociais urbanos em 1980, e concluímos a inauguração de muitas unidades, beneficiando milhares de pessoas.

Ainda na área social, merecem ser analisadas as ações detalhadas no relatório, as quais evidenciam a prioridade que atribuímos: a profissionalização oferecida aos internos em estabelecimentos penais e institutos de recuperação; apoio financeiro das entidades assistenciais de caráter comunitário.

No campo de saneamento, além do amplo programa de construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos, desejamos destacar o início da execução do programa de microssistemas de abastecimento de água, que proporcionou atendimento a 61 distritos.

No setor da segurança pública, o reequipamento e a qualificação de pessoal, são resultados a destacar. A implantação dos postos comunitários da Polícia Militar foi medida aceita e aplaudida pela população de Curitiba, a primeira de várias cidades a receberem esses postos.

Outra medida que cabe salientar na área é a descentralização dos serviços de identificação, com a instalação dos serviços de identificação, com a instalação de 166 postos de atendimento, em municípios do interior.

A área cultural e esportiva expandiu-se em múltiplas atividades, além da intensa programação, foram realizadas obras de relevo, com 27 centros esportivos espalhados pelo interior, aos quais se somaram módulos também implantados em 1980.

Senhores Deputados:

O nosso plano de Governo, os orçamentos e relatórios, demonstram o que sempre pregamos: a importância do social, o valor que damos à qualidade de vida do homem, e o respeito à sua dignidade.

O mundo evoluiu, muito e rapidamente, nos últimos anos, como afirmado de início, cremos, entretanto, que é marcante sentirmos uma de suas modificações: "Parece que se está, nesta época, redescobrimo o humanismo", como já disse. Nós estamos com os que consideram importante essa redescoberta e agimos dentro dessa concepção de vida. Trabalhamos com amor e dedicação em favor da criatura humana, pois cremos nela, nos valores espirituais e na transcendência do homem.

Somos homens de fé e entendemos que "sem fé não temos esperança e, se não temos esperança, não temos propriamente vida".

Esse contexto e este ambiente são próprios para refletirmos sobre nossos destinos, meditarmos sobre as responsabilidades que temos e cada um em particular assumimos para com o nosso próximo e para com a sociedade na qual vivemos, orientados pela fraternidade e pelos ideais de paz e liberdade.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dirigir uma palavra de especial reconhecimento ao nosso Vice-Governador, Dr. José Hosken de Novaes, cuja colaboração, lealdade e permanente presença em apoio às atividades do Governo, marcaram sempre a sua atuação de homem digno e respeitável que é. Quero também, muito além da praxe, expressar meu reconhecimento aos ilustres Membros do Legislativo e do Judiciário, não apenas pelo nível de entendimento que sempre mantivemos, mas pela consciência da importância do diálogo e do equilíbrio entre os três Poderes, garantidos pela independência e soberania das suas atribuições específicas, porém reunidos em torno do objetivo comum, que é o bem-estar da sociedade paranaense.

Permitam que eu diga a Vossas Excelências que, aqui comparecendo, falei com muita emoção, falei consciente de que

é necessária uma comunicação permanente, porque, desta forma, seguiremos juntos, removendo obstáculos e encontrando soluções para os problemas do Estado.

Minha emoção é ainda maior, por ter a certeza de que, unidos, continuaremos fazendo o desenvolvimento do Paraná, colaborando para a construção de uma sociedade sempre mais feliz nesta Nação, que com o esforço de todos, continuará cumprindo, no mundo, o seu destino de grandeza.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa da Assembléia, antes do encerramento, deseja externar sua profunda gratidão às ilustres autoridades militares, civis e eclesiásticas e demais pessoas, cujas presenças contribuíram para maior brilhantismo da solenidade que ora se finda.

Da mesma comissão anteriormente designada, solicito que acompanhe o Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado, durante sua permanência no Palácio Dezenove de Dezembro.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 071/81

atribuir ao funcionário TABAJARA MARTINS, matrícula nº 073, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo S-F, de Motorista do Gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 21 de janeiro de 1981.

(Protoc. nº 494).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 070/81.

I — prover IRES GROSS BARRETO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Airton Cordeiro; e, II — autorizar a funcionária acima citada, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 944).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 069/81

exonerar LUIZ DALMI MARENDIA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Airton Cordeiro, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 132/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 944).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 68/81

autorizar DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, matrícula nº 494, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento de Divulgação Legislativa, a partir de 1.º de fevereiro de 1981.

(Protoc. nº 621).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 067/81

autorizar MARIA ANGÉLICA MOREIRA, , ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de março de 1981.

(Protoc. nº 963).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 66/81

I — prover MAYRA CARDOSO SQUAREZI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 15 de fevereiro a 13 de abril de 1981; e,
II — autorizar a funcionária acima mencionada, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período já mencionado.

(Protoc. nº 867).

Palácio "XIX de Dezembro", em 27/02/81.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

LINEU MANSANI TURRA — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 131/81

conceder à funcionária Nanci Terezinha Kotelak, matrícula nº 029, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 27 de fevereiro de 1981.

(Protoc. nº 1120).

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de fevereiro de 1981.

(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral

PORTARIA Nº 132/81

designar os funcionários abaixo relacionados, todos contratados deste Poder, para prestarem serviços conforme especifica, a partir de 24 de fevereiro.

SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA — Gabinete da Presidência.

RUBENS GUAREZI — Gabinete Deputado Fabiano Braga Côr-

tes.

PEDRO SUDUL — Gabinete da Presidência.

LILIANA LACERDA — Departamento de Divulgação e Relações Públicas.

(Protoc. nº 1001).

PORTARIA Nº 133/81

designar, os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços conforme especifica, a partir de 24 de fevereiro:

MARIA ELISA MORO — Departamento Legislativo

IRACI TORELLI PIRES — Departamento Legislativo

FÁTIMA APARECIDA PRESTES — Departamento Administrativo

ADELINA SPIES ARAUJO — Departamento Administrativo

JOÃO EVANGELISTA DE ABREU SOARES — Departamento Administrativo

JOSÉ FÉLIX DE JESUS — Departamento Administrativo.

DEMILTA MATIAS DOS SANTOS — Departamento Administrativo

MARIA CRISTINA DAL'LIN MOLINARI — Departamento de Pessoal

JEFFERSON ABADE — Departamento de Pessoal

EDSON ALMIR DUARTE — Departamento Administrativo

AUGUSTO COTRIM XAVIER — Departamento Administrativo.

(Protoc. nº 1097)

PORTARIA Nº 134/81

designar VALDEVINO PAULO DA SILVA, contratado deste Poder, a prestar serviços de Datilógrafo, no Gabinete do Deputado Fiori Luiz Malaguido, a partir de 24 de fevereiro de 1981.

(Protoc. nº 592).

PORTARIA Nº 135/81

designar os funcionários abaixo relacionados, para prestarem serviços conforme especifica:

ADAIRTON BORGES DOS SANTOS — Departamento Legislativo

WILSON RAMOS — Departamento Legislativo

CELSON COUTINHO — Departamento Administrativo.

AGOSTINHO FRANCO FERREIRA DA COSTA — Departamento Administrativo

RUI FONSECA PEREIRA — Serviço de Segurança

CELIA MARIA GRACIA HATSCHBACH — Departamento Legislativo

THEREZINHA FORMIGHERI SIMÕES — Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de março de 1981.

(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral